

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

2º QUADRIMESTRE/2021

Período: setembro/2020 a agosto/2021

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das suas atribuições privativas que lhe conferem o artigo 271 do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº TC-06/2001, e o artigo 90 da Lei Complementar nº 202, de 15 de dezembro de 2000, a Decisão nº 1173/2005, aprovada pelo Tribunal de Contas na Sessão do dia 30/05/2005, e na forma prevista pela Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, **DECIDE:**

- 1) **APROVAR** o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE/SC, exigido pela Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), referente ao 2º quadrimestre de 2021, na forma da tabela I - Demonstrativo da Despesa Com Pessoal (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a" - RGF - Anexo I);
- 2) **TORNAR PÚBLICO** o referido relatório, que será publicado no Diário Oficial Eletrônico deste Tribunal de Contas e disponibilizado, para acesso ao público, no Portal da Transparência (<http://portaldocidadao.tce.sc.gov.br/sic/#>), na forma prevista no § 2º do art. 55 da Lei Complementar nº 101/2000; e
- 3) **INFORMAR** que a tabela deste Relatório segue o modelo estabelecido na 11ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais – MDF, aprovado pela Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda por meio da Portaria STN nº 375, de 08 de julho de 2020.

Florianópolis, 23 de setembro de 2021.



Conselheiro Herneus João De Nadal
Presidente em exercício



Documento assinado com certificação digital por Herneus João De Nadal (CPF nº 290.240.200-2, de 20/08/2002)

Herneus João De Nadal
Conselheiro Presidente em exercício

RELATÓRIO DO 2º QUADRIMESTRE/2021

Período: setembro de 2020 a agosto de 2021

TABELA I - DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

Em R\$

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)						
	LIQUIDADAS						
	Setembro 2020	Outubro 2020	Novembro 2020	Dezembro 2020	Janeiro 2021	Fevereiro 2021	Março 2021
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	20.130.863,21	20.065.204,52	20.659.410,72	33.773.932,11	23.282.785,69	21.290.170,08	21.071.114,44
Pessoal Ativo	12.103.241,57	12.042.299,11	12.330.660,50	21.409.998,91	15.005.519,39	12.923.976,20	12.568.634,36
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	9.766.807,25	9.705.616,35	9.964.016,67	16.600.457,75	12.920.420,35	10.476.977,90	10.198.222,80
Obrigações Patronais	2.336.434,32	2.336.682,76	2.366.643,83	4.809.541,16	2.085.099,04	2.446.998,30	2.370.411,56
Pessoal Inativo e Pensionistas	8.027.621,64	8.022.905,41	8.328.750,22	12.363.933,20	8.277.266,30	8.366.193,88	8.502.480,08
Aposentadorias, Reserva e Reformas	6.446.033,83	6.436.044,74	6.738.995,43	10.802.908,84	6.704.134,06	6.796.588,11	6.953.977,32
Pensões	1.581.587,81	1.586.860,67	1.589.754,79	1.561.024,36	1.573.132,24	1.569.605,77	1.548.502,76
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-	-	-	-	-	-
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	4.025.047,94	3.391.296,15	4.323.653,87	9.108.483,20	2.782.790,94	2.945.892,13	5.025.252,68
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária I	176.417,98	175.749,50	433.899,08	695.410,28	470.577,63	631.829,64	444.701,75
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	-	-	-	-	10.027,55	-0,01	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	3.848.629,96	3.215.546,65	3.889.754,79	8.413.072,92	2.302.185,76	2.314.062,50	4.580.550,93
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	16.105.815,27	16.673.908,37	16.335.756,85	24.665.448,91	20.499.994,75	18.344.277,95	16.045.861,76

Continua

Continuação

Em R\$

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)						INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b) 3
	LIQUIDADAS						
	Abril 2021	Mai 2021	Junho 2021	Julho 2021	Agosto 2021	TOTAL (Últimos 12 Meses) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	21.453.342,12	20.976.210,90	23.922.196,26	23.573.075,37	21.098.872,11	271.297.177,53	406.536,37
Pessoal Ativo	12.898.234,50	12.538.452,04	15.532.420,34	12.799.096,76	12.637.298,46	164.789.832,14	406.536,37
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	10.303.944,99	10.413.949,32	13.188.844,48	10.600.276,01	10.297.940,41	134.437.474,28	406.536,37
Obrigações Patronais	2.594.289,51	2.124.502,72	2.343.575,86	2.198.820,75	2.339.358,05	30.352.357,86	-
Pessoal Inativo e Pensionistas	8.555.107,62	8.437.758,86	8.389.775,92	10.773.978,61	8.461.573,65	106.507.345,39	-
Aposentadorias, Reserva e Reformas	6.926.374,81	6.801.617,42	6.785.996,15	9.113.979,31	6.726.534,74	87.233.184,76	-
Pensões	1.628.732,81	1.636.141,44	1.603.779,77	1.659.999,30	1.735.038,91	19.274.160,63	-
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-	-	-	-	-	-
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	5.254.216,73	4.431.188,51	4.210.275,59	3.895.462,70	4.400.974,69	53.794.535,13	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária I	442.159,80	515.865,13	375.554,59	500.227,95	478.105,33	5.340.498,66	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	-	-	-	-	-	10.027,54	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	4.812.056,93	3.915.323,38	3.834.721,00	3.395.234,75	3.922.869,36	48.444.008,93	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	16.199.125,39	16.545.022,39	19.711.920,67	19.677.612,67	16.697.897,42	217.502.642,40	406.536,37

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL -		VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)		30.208.447.643,34	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)		1.508.369,18	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16 da CF) (VI)		-	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI)		30.206.939.274,16	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b) 2		217.909.178,77	0,7214
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)		271.862.453,47	0,9000
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)		258.269.330,80	0,8550
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)		244.676.208,12	0,8100

FONTE: SIGEF/SC - Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal / Módulos da Programação e Execução Financeira e Restos a Pagar e Módulo do Programa de Ajuste Fiscal / Demonstrativo da Despesa Orçamentária Liquidada - Relatório emitido em 20/09/2021 às 13:40, Unidade Responsável: Coordenadoria de Programação e Acompanhamento da Execução Orçamentária - DAF/CPEO.

NOTAS:

- 1 - Não foram consideradas as despesas com Abono Permanência pagas aos servidores e membros (R\$ 2.631.428,88), caracterizando juridicamente como verba indenizatória, consoante decisão plenária prolatada em 06/12/2017 no processo CON 17/00678660.
- 2 - Conforme o art. 18 da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, a Despesa Total com Pessoal compreende apenas os gastos de caráter remuneratório de ativos, inativos e pensionistas. Dessa forma, embora impactem no caixa do Tribunal de Contas, para fins de verificação dos limites da LRF, não devem ser considerados no cálculo os valores referentes a verbas indenizatórias, bem como as despesas com serviços terceirizados, registradas no item orçamentário 3.3.90.37 - Locação de Mão-de-Obra. Além disso, é importante ressaltar que o artigo 19 da LRF estabelece que não devem ser computadas como despesas com pessoal os inativos e pensionistas custeados por recursos próprios do RPPS, bem como as decisões judiciais e despesas de exercícios anteriores de competência anterior ao período de apuração.
- 3 - Restos a Pagar não Processados, inscritos no exercício de 2020, no valor de R\$ 629.951,29, foram pagos R\$ 406.536,37, cancelados R\$ 223.414,92, não restando valor a pagar.



ESTADO DE SANTA CATARINA
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Florianópolis, 23 de setembro de 2021.



Thais Schmitz Serpa
Diretoria Geral de Administração – DGAD



Raul Fernando Fernandes Teixeira
Diretoria de Administração e Finanças – DAF



Andreza Schmidt Silva
Controladoria - CONT